

FMI mostra disposição de apoiar esquema para acompanhar economia

por Paulo Sotero
de Washington

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está aparentemente disposto a apoiar a posição defendida pelo governo brasileiro em relação ao esquema de acompanhamento da economia do País, que os credores oficiais e privados consideram uma pré-condição para o reescalamento da dívida.

No parágrafo final do relatório de vinte e poucas páginas preparado pela missão de consulta do FMI que visitou o País há três meses, a instituição recomenda que a economia brasileira seja tratada na base "de uma consulta a cada doze meses, nos termos do artigo 4º do convênio constitutivo do FMI" — revelou a este jornal uma fonte diplomática que leu o documento.

O relatório, que começou a circular entre os diretores do FMI no início da semana passada, antes, portanto, de o governo anunciar o pacote da última sexta-feira, critica a ausência de uma política mais decidida de redução dos gastos públicos no País e recomenda o desaquecimento urgente da economia. Contudo, o tom do relatório, que contém elogios a diversos aspectos do Plano Cruzado, não é antagônico. Lidos nas entrelinhas, ele é até congratulatório, afirmou a fonte.

Normalmente, a referência à consulta anual, que foi incluída no documento, seria dispensável, pois estão sujeitos a ela todos os países-membro do FMI. No caso do relatório brasileiro ela talvez seja relevante porque, de acordo com uma afirmação feita repetidas vezes, nos últimos meses, pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, o governo brasileiro não aceitará submeter-se a nenhum esquema de monitoramento da economia do País que vá além da consulta anual com o FMI. No mês de setembro último, Paul Volcker, o presidente do Federal Reserve Board (Fed — o banco central americano), chegou a propor a Funaro que o Brasil aceitasse duas consultas anuais com o FMI, uma das quais seria realizada em Washington.

A intenção de Volcker era preservar o conceito do monitoramento, que foi introduzido na renegociação da dívida mexicana, em setembro de 1984, para manter a função de auditoria do FMI nas economias dos países endividados, depois destes terem encerrado um programa de ajustamento com a instituição. Com algumas variações, o México, a Venezuela e a Colômbia aceitaram o monitoramento do FMI, que prevê um mínimo de duas visitas dos técnicos da instituição ao país. Funaro, contudo, rejeitou a proposta de Volcker.

Se a menção à consulta anual incluída no relatório do FMI, traduzir, de fato, uma disposição da direção da instituição de apoiar a posição brasileira, ela poderá ter um impacto decisivo sobre as negociações da dívida com os credores oficiais e privados. Em meados do mês que vem, depois que a diretoria do FMI já

tiver discutido o relatório e um adendo sobre as medidas anunciamas na sexta-feira passada, que está sendo preparado, o governo brasileiro espera obter um acordo de renegociação da dívida a governos e uma reabertura das linhas oficiais de crédito. Ao lado dos pagamentos de juros em atraso, o papel institucional do FMI no acompanhamento da economia brasileira, foi até agora uma das questões que impediram um acordo.

Segundo uma fonte diplomática bem situada, a rápida deterioração das contas externas brasileiras, somada à nova realidade política interna criada pelas eleições do último dia 15 e tornada mais complexa pela reação extremamente negativa gerada pelo "pacote econômico" decretado na sexta-feira passada, estaria levando os governos dos países industrializados, principalmente os mais fortes, como o dos Estados

Unidos, a adotar uma atitude mais flexível.

Há, porém, quem discorda desta avaliação. "O fato de as contas do País estarem se deteriorando tão rapidamente tende a esvaziar a tese brasileira de que o País não precisa ter sua economia monitorada e fortalece a tese oposta", disse uma fonte financeira a este jornal. "Não vejo porque o Clube de Paris atuará de forma mais flexível agora."

O banqueiro procurou negar valor à menção feita, pelo relatório ao cronograma de consulta anual com o FMI. "Não conheço o texto exato, mas não me animaria a interpretá-lo como uma expressão de apoio ao FMI à posição brasileira na questão do monitoramento. Os relatórios das missões técnicas do Fundo terminam, invariavelmente, com uma referência ao ciclo de tempo em que as consultas devem ser mantidas", advertiu.